



SERGIO FERRAZ

**TRATADO DE DIREITO
ADMINISTRATIVO
BRASILEIRO**

PARTE GERAL

Volume 1

Prefácio

Fernando Menezes de Almeida

O Tratado de Direito Administrativo Brasileiro, cujo primeiro volume ora se apresenta ao público, é uma obra de fôlego (prevista para estender-se por seis volumes) e de inquestionável atualidade. Neste particular, basta referir que há cerca de 40 anos não se encontra, na bibliografia jurídica brasileira, trabalho de tal natureza e amplitude. Até por tudo isso, é de se prever que as afirmações e teses do Autor suscitem polêmicas, controvérsias e até oposições. O Autor, por certo, as deseja, em sua vocação de pesquisador. E os leitores, a favor ou contrários às posições do tratadista, muito enriquecerão o Direito Administrativo do país com suas reações às provocações e convocações que o texto encerra.

Área específica da obra

Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Direito Constitucional

Público-alvo/consumidores da obra

Advogados – Magistrados – Professores
universitários

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003260

F381t	Ferraz, Sergio
	Tratado de direito administrativo brasileiro (Parte Geral) / Sergio Ferraz. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 335p. ; 14,5cm x 21,5cm. - (v.1)
	Inclui bibliografia e anexo. ISBN: 978-65-5518-357-3
	1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. I. Título.
2022-791	CDD 341.3 CDU 342.9

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERRAZ, Sergio. *Tratado de direito administrativo brasileiro (Parte Geral)*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 335p. ISBN 978-65-5518-357-3.

Sergio Ferraz

Advogado, Parecerista e Árbitro. Titular da Cadeira nº 40 da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Titular da Cadeira nº 49 da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Membro do Senado da União Iberoamericana de Abogados (UIBA) e Coordenador do órgão. Vice-Presidente da Comissão de Direito da Biotecnologia da Union International des Avocats (UIA). Membro honorário estrangeiro da Associação Argentina de Justiça Constitucional. Membro do Conselho Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Membro do Comitê Jurídico da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Membro do “Núcleo de Altos Temas” do Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo (SECOVI/SP). Ex-Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (1984-1986). Ex-Professor Titular (Direito Administrativo) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Ex-Presidente e Membro Honorário Vitalício do Conselho de Colégios e Ordens de Advogados do Mercosul (COADEM). Ex-Conselheiro Federal Decano da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Procurador (aposentado) do Estado do Rio de Janeiro. Livre Docente (Direito do Trabalho) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito Público pela Faculdade Nacional de Direito da antiga Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ). Presidente da Comissão de Direito Administrativo do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Ex-Consultor Jurídico do Ministério da Justiça. Ex-Diretor da Faculdade de Direito da PUC-Rio e de seu Curso de Pós-Graduação. Assessor Jurídico do Relator da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Bernardo Cabral. Conferencista – mais de trezentas conferências proferidas no Brasil e no exterior. Professor visitante e honorário de Universidades no Brasil e no exterior. Membro de associações de cultura jurídica, no Brasil e no exterior. Autor de trinta e sete livros jurídicos e cerca de cem artigos doutrinários (publicados em revistas brasileiras e estrangeiras). Membro de Conselhos Editoriais de revistas jurídicas. Docente da Escola de Magistratura Federal do TRF1. Medalhas: Teixeira de Freitas, Luiz Gama e João Mangabeira (Instituto dos Advogados Brasileiros); Sobral Pinto (Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal); Grande Oficial da Ordem do Mérito (Ministério da Justiça). Árbitro do Quadro Oficial da Câmara de Arbitragem e Mediação do Estado de Santa Catarina (CAMESC), da CAM da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e da Corte de Justiça Arbitral de Brasília (COJAB).

SUMÁRIO

PREFÁCIO

O DIREITO ADMINISTRATIVO INDIVIDUALISTA

Fernando Menezes de Almeida	11
--	----

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO.....	23
-------------------	----

CAPÍTULO 2

NOTA METODOLÓGICA: FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS, AXIOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS

DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	27
--------------------------------	----

CAPÍTULO 3

HISTÓRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO. O QUE É DIREITO ADMINISTRATIVO?

FUNÇÃO ADMINISTRATIVA: PRIMEIRA ABORDAGEM. OUTROS CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	31
---	----

§1º História da Administração Pública brasileira e do Direito Administrativo do Brasil: primórdios.....	55
§1º.1 O que é Administração Pública? Primórdios da Administração Pública no Brasil.....	56
§1º.2 Capitâneas hereditárias.....	58
§1º.3 Governo Geral.....	60
§1º.3.1 A divisão do Governo Geral.....	61
§1º.4 O Vice-Reinado.....	64
§1º.5 Uma digressão: houve uma cultura jurídica no Brasil quinhentista?.....	66
§1º.6 O Tribunal da Mesa da Consciência.....	68
§1º.7 A chegada de D. João VI.....	69
§1º.8 D. Pedro I e a evolução administrativa.....	71
§1º.8.1 A Regência.....	71
§1º.8.2 A preparação da primeira Constituição.....	72
§2º A Constituição de 1824 e os fundamentos do Direito Administrativo brasileiro.....	74
§2º.1 A definição e os contornos do Estado brasileiro.....	75
§2º.2 As regras de Direito Administrativo na Constituição de 1824.....	77
§2º.2.1 Ensaios de descentralização e combate ao nepotismo.....	78
§2º.2.2 D. Pedro I e função administrativa.....	80
§2º.3 A história do Direito Administrativo brasileiro: introdução.....	81
§2º.3.1 A primazia da bibliografia brasileira.....	81
§2º.3.2 A obra de Vicente Pereira do Rêgo.....	82
§2º.3.3 A obra de Pimenta Bueno.....	90
§2º.3.4 A obra do Conselheiro Ribas.....	93
§2º.3.5 Uma observação do Conselheiro Montezuma.....	98
§2º.3.6 Observações finais.....	99
§3º A transição do Primeiro para o Segundo Império: critérios de nossa abordagem.....	100
§3º.1 Relembrando o cenário brasileiro que levou ao Ato Adicional de 1834.....	100
§3º.2 A obra do Visconde de Uruguai.....	106
§3º.2.1 A Administração Pública sob Pedro II.....	109
§3º.2.2 O Conselho de Estado.....	112
§3º.2.3 O Poder Moderador.....	114
§3º.3 O inevitável advento da República Federativa.....	117
§4º A Constituição de 1891.....	125
§4º.1 A bibliografia administrativista do período.....	128
§5º A expansão do Estado e do Direito Administrativo, de 1930 a nossos dias.....	129
§5º.1 O Estado Novo e a Constituição de 1934.....	130
§5º.2 A Constituição de 1937.....	134
§5º.3 A transição para a reconstitucionalização.....	134
§5º.4 A Constituição de 1946.....	135
§5º.5 Uma longa jornada de um dia para dentro de uma longa noite.....	138
§6º A Constituição de 1967/1969.....	140

§7º	O regime militar, o estado empresário e a tecnocracia: ascensão e queda	142
§8º	A Constituição de 1988: breves referências	144
§9º	O Refluxo cleptocrático	147
§10º	A bibliografia administrativa republicana.....	162
§11º	A gênese ideológica do Direito Administrativo brasileiro.....	169
§12	Revisitando conceitos (segunda abordagem). Direito Administrativo e Função Administrativa. Por uma nova escola do pensamento brasileiro sobre Direito Administrativo	182

CAPÍTULO 4

A LEI NATURAL E O DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO.....		191
§1º	Direito Natural e Direito Administrativo	191
§2º	Os novos paradigmas do Direito Administrativo	194
§3º	Fechando o círculo conceitual	196

CAPÍTULO 5

TERCEIRA E ÚLTIMA ABORDAGEM: DIREITO ADMINISTRATIVO E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA		199
§1º	Conclusões.....	199

CAPÍTULO 6

FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....		221
---------------------------------------	--	-----

CAPÍTULO 7

PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO		227
§1º	Boa-fé, confiança legítima e segurança jurídica.....	232
§2º	Devido processo legal.....	243
§3º	Dignidade humana	245
§4º	Economicidade	253
§5º	Eficiência.....	254
§6º	Igualdade, impessoalidade, imparcialidade	256
§7º	Moralidade administrativa, veracidade e exemplaridade pública	260
§8º	Interesse público.....	268
§9º	Razoabilidade e proporcionalidade.....	270
§10º	Motivação	276
§11º	Transparência.....	281
§12º	Legalidade. Ou melhor, Juridicidade	288
§13º	Reserva do possível.....	291
§14º	Verdade material	292
§15º	Informalidade. A liberdade das formas	293
§16º	Arremate	295
§17º	Ilustração jurisprudencial	296

CAPÍTULO 8

INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO		301
---	--	-----

REFERÊNCIAS.....		309
------------------	--	-----